

## EDUCAÇÃO ESPECIAL: POLÍTICA E FORMAÇÃO CONTINUADA

Maria José Carvalho Bento<sup>1</sup>, Eldimar de Souza Caetano<sup>2</sup> and Nazareth Vidal da Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Espírito Santo; <sup>2</sup>Secretaria Municipal de Educação de Vitória

*Palavras-chave:* Educação especial, Formação continuada, Inclusão escolar, Políticas públicas.

**Como parte integrante da pesquisa *Processos de Formação Continuada de Profissionais Desencadeados pela Gestão de Educação Especial: a Região Sul do Estado do Espírito Santo*, este estudo busca compreender a constituição de um projeto político de formação continuada desenvolvido na região sul do Estado especificamente, na Superintendência Regional de Educação (SRE) de Afonso Cláudio e os sete municípios a ela jurisdicionados. Evidencia-se a perspectiva de pesquisa-ação colaborativo-crítica como referencial teórico-metodológico adotado no processo de investigação, bem como a constituição do grupo como pesquisadores, atores e autores de sua própria prática. Observa-se a importância da continuidade das ações e efetivação do projeto político elaborado, garantindo-lhe um caráter de política que não se esvai com a mudança de governos e administrações, mas permite-se ser avaliado e se caracteriza como uma política de ação pública, em cuja construção participam diversos atores que definem e interpretam as atividades no espaço público da educação.**

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o movimento de construção de um projeto de política pública de formação continuada de municípios da região serrana, jurisdicionados à SRE de Afonso Cláudio. Consiste em parte integrante da pesquisa “Processos de Formação Continuada de Profissionais Desencadeados pela Gestão de Educação Especial: a Região Sul do Estado do Espírito Santo”, cuja finalidade é discutir e analisar a necessidade de constituição de políticas públicas de inclusão que garantam o desenvolvimento de ações para o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial no âmbito escolar.

No movimento de constituição do projeto, demarcam-se os processos pedagógicos a ele inerentes e o diálogo constante entre o grupo de gestores de educação especial e a Universidade Federal do Espírito Santo – (Ufes), propositora da investigação.

Ressalta-se à importância do espaço escolar como “local privilegiado de formação”, considerando a formação continuada como um processo que se configura a partir da inserção e vivência profissional, decorrente de demanda e reflexões do cotidiano, a partir dos desafios oriundos da prática.

Foram utilizados documentos e registros dos encontros feitos pela SRE destacando-se: a proposta do Projeto, as pautas e relatórios de reuniões, os *slides* de apresentação e a transcrição de apresentação em seminário.

O texto organiza-se em quatro partes: A primeira traz a proposta do trabalho e seu objetivo; na segunda, apresenta os referenciais teóricos que respaldam a pesquisa-ação colaborativo-crítica, política de ação pública e a formação continuada; a terceira aborda o movimento de constituição do projeto; e a quarta relata o percurso de materialização do processo.

### REFERENCIAL TEÓRICO

É importante considerar o delineamento dos conceitos e suas perspectivas. Com base referencial teórico-metodológico adotado o presente item aborda: pesquisa-ação colaborativo-crítica, política de ação pública e formação continuada.

#### *Pesquisa-Ação colaborativo-crítica*

Por ter como finalidade a mudança social, a pesquisa-ação deve ser compreendida não apenas como “[...] uma pesquisa sobre a ação ou para a ação, mas uma pesquisa em ação” (Barbier, 2004, p. 81). Nessa perspectiva, a processualidade é uma característica importante atribuindo-lhe maior sentido e abrangência.

Almeida (2004), a partir de reflexões desenvolvidas por Carr and Kemmis (1988, p. 68), aponta a pesquisa-ação como uma forma de indagação autorreflexiva, empreendida pelos participantes em situações sociais, com o objetivo de “[...] melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais ou educativas, assim como a compreensão de suas práticas e das situações em que estas estão inseridas”.

Para Habermas (2004a), a apropriação de conhecimento e as mudanças de práticas advêm da parceria e do

entendimento dos participantes em contexto. Essa perspectiva é sustentada pela teoria do agir comunicativo, em que o diálogo e a comunicação têm papel preponderante. Cabe ressaltar que, mesmo convergindo em objetivos e interesses comuns, as contradições e tensões permeiam todo esse processo, o que o enriquece e o torna saudável.

O pressuposto da pesquisa-ação crítica se ancora na proposta de motivar a autorreflexão crítica e coletiva entre os participantes. De acordo com Benedito (1988), as práticas e os valores educativos, bem como as estruturas sociais e institucionais podem sofrer modificações pela via da investigação participativa, a partir de comunidades críticas. Assim, o princípio colaborativo é inerente à autorreflexão crítica, o que não suprime a necessidade da reflexão pessoal de cada profissional.

Mediante o exposto acima, consideramos pertinente situar a perspectiva de política defendida, tendo em vista o objetivo pretendido, os pressupostos da pesquisa-ação e o próprio movimento do grupo em questão.

#### *Política de ação pública*

Historicamente, as políticas educativas e de reformas no sistema educacional têm decorrido de um quadro de reestruturação do poder em âmbito geral, com ênfase na reorganização de funções administrativas e de gestão da escola, compreendendo esse espaço como privilegiado na configuração e instituição de políticas públicas.

Por, em sua construção, definição e interpretação, interverem diversos atores/autores, a concepção de políticas públicas é ampliada e passa a ser compreendida como “ação pública” (Barroso et al., 2007; CARVALHO, 2007; Afonso and Costa, 2009; BARROSO and CARVALHO, 2011; Costa, 2011).

*[...] as políticas de educação não podem ser entendidas, apenas, como medidas políticas ou como decisões dos governantes e da administração. [...] devem ser entendidas como espaços comunicacionais e sociais nos quais se exprimem e interagem diferentes modos de relação com o mundo educacional (e diferentes orientações acerca do que é, do que deve ou do que deveria ser esse mundo educacional). Conseqüentemente, as políticas têm de ser observadas a partir de múltiplos pontos de sua produção e ancoragem e nos documentos oficiais e oficiosos [...]* (CARVALHO, 2007, p. 4).

De acordo com Barroso et al. (2007, p. 8), a ampliação da análise das políticas públicas para ação pública impõe “[...] uma dupla alteração de óptica” que, de um lado, por integrar múltiplos atores, localiza e se move em escalas diversas (transnacionais, nacionais, regionais, locais); por outro lado, exige novas regras e muda de uma posição vertical e linear para a de horizontalidade e circularidade, com interações múltiplas e interdependentes dos

diversos atores que intervêm nos processos de construção das políticas.

Na proposição deste estudo, em pesquisas desenvolvidas no âmbito educacional, especificamente no contexto da gestão pública de educação especial e formação continuada, consideramos a perspectiva de política pública, em sua ampla acepção de ação pública, como via coerente e promissora.

#### *Formação Continuada*

O ser humano se constitui e se forma em um processo contínuo de educação; ele não “[...] é apenas produto da maturação do seu organismo, nem mesmo unicamente das suas experiências individuais” (Malglave, 1995, p. 105). Em um processo espontâneo e permanente de socialização, aprende-se com outros sobre “[...] o que é necessário saber e saber-fazer para existir no meio em que vivemos” (p. 105).

Na formação inerente à constituição humana como tal, configuram-se as formas de ser e estar humano, entrelaçando-se e discernindo entre o que, social e historicamente, constitui o sujeito em suas relações com outros sujeitos e os diferentes e diversos contextos. Todo esse movimento tem atribuído à formação conotações e perspectivas diferenciadas, conferindo-lhe múltiplos e, por vezes, ambíguos sentidos (Rodrigues, 2006).

Ao analisar os estudos desenvolvidos por Marcelo Garcia (1999) sobre formação continuada de professores, Cae-tano (2013, p. 41) busca compreender as perspectivas, sentidos e conceitos atribuídos ao termo formação:

*Quando associado a alguma atividade ou formação para algo, seu conceito pode ser entendido: como uma função social – transmissão de saberes em benefício de sistemas e/ou cultura dominante; como processo de desenvolvimento e estruturação da pessoa – com duplo efeito na maturação interna e possibilidades de aprendizagem e experiências do sujeito; e como formação como instituição – com estrutura organizacional com planejamento e desenvolvimento de atividades de formação.*

A dimensão pessoal, que se refere à capacidade e à vontade de formação nas quais o indivíduo, a pessoa, é o responsável último, é um fator importante no desenvolvimento e ativação de processos; entretanto, esse fato não corrobora a decorrência de processos formativos de maneira unicamente autônoma, uma vez que é pela via da interformação que os sujeitos podem encontrar contextos de aprendizagem que favoreçam a procura de metas de aperfeiçoamento pessoal e profissional.

A formação [...] é, fundamentalmente, a valorização da experiência vivida como um processo intersubjetivo, cujos ingredientes, materiais e simbólicos, relevando,

embora, dos contextos sócio-institucionais que constituem a matéria-prima da formação, representam as condições de possibilidade da sua própria transformação, quando reflectidos como objectivados nos próprios contextos sócio-institucionais e práticas de trabalho (Matos, 1999, p. 8).

Trata-se, de acordo com o acima citado, do reconhecimento dessa formação como projeto que recupera “[...] o sentido da falta de sentido do quotidiano” (p. 12), que se contrapõe ao privilégio da transmissão de saber especializado na ação formativa, respaldada por uma perspectiva clássica de formação à medida que traduz uma prática institucional fundamentada “[...] numa vida institucional pré-regulada, [tanto em] normas omnipresentes, como na natureza mecânica dos espaços e na pregação geométrica dos tempos, nas marcações e enquadramentos materiais e simbólicos das relações” (p. 15), vinculados à conformidade institucional.

A partir do desenvolvimento da pesquisa que originou o presente trabalho e dos pressupostos que a basearam e que foram aqui discutidos, defendemos que “[...] O professor não pode constituir-se como sujeito se, no seu processo de formação, não puder constituir-se como produtor de conhecimento sobre a prática e a partir da realidade que enfrenta em seu cotidiano” (Ghedin, 2004, p. 407).

### MOVIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO PROJETO

A referência ao grupo de gestores públicos de Educação Especial da SRE de Afonso Cláudio e dos municípios a ela jurisdicionados diz de um processo de constituição gradativo que se iniciou em outro processo de pesquisa e em outros momentos formativos, uma vez que faz parte de uma pesquisa maior.<sup>1</sup> Abordaremos o movimento de constituição do projeto, ocorrido de julho a novembro de 2014, no *locus* de atuação dos atores envolvidos.

#### *Atores-Autores da Cena*

A SRE Afonso Cláudio compreende os municípios: Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Laranja da Terra, Brejetuba, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Desses municípios, apenas dois (Brejetuba e Venda Nova do Imigrante) não participaram da pesquisa proposta pela Ufes.

No movimento de constituição do projeto, os gestores perceberam a necessidade de abranger os dois municípios, até então ausentes da pesquisa por compreenderem a similaridades de questões e demanda e a possibilidade de constituir um projeto comum a toda Regional. Esse envolvimento se deu a partir da última reunião, em outubro de 2014.

<sup>1</sup>Pesquisa denominada: “Processos de Formação Continuada de Profissionais Desencadeados pela Gestão de Educação Especial: a Região Sul do Estado do Espírito Santo”, ocorrida nos anos 2013 e 2014, em três Superintendências Regionais de Educação (Afonso Cláudio, Cachoeiro de Itapemirim e Guaçuí).

No processo da pesquisa-formação proposta pela Ufes e construção do Projeto Político de Formação Continuada foram envolvidos: os gestores da educação especial, técnicos, secretários municipais de Educação, bolsistas, professores convidados e universitários.

#### *Cenário*

A Regional localiza-se no sul do Espírito Santo que abrange uma área de 6.878,19km<sup>2</sup>, com clima ameno, temperatura média anual de 11 graus e concentração da economia na agricultura. Conta com 31 escolas, sendo que 22 (vinte e duas) oferecem todas as etapas da educação básica, três oferecem apenas o ensino fundamental, seis apenas o ensino médio, atendendo a um quantitativo de 14.239 alunos, destes 959 são sujeitos da educação especial.

### PERCURSO DE MATERIALIZAÇÃO DO PROCESSO E SUA ANÁLISE

Inicialmente, o objetivo era compreender o movimento de construção do Projeto e o envolvimento da Ufes nesse processo; que gerou questionamentos, incertezas e tensões.

Nesse contexto, aconteceram encontros planejados e realizados pela e na regional, onde ocorreram discussões de possíveis temáticas com referência ao que se pensava e dialogava nas Secretarias e sobre a questão de ensino/aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial. Dadas as inquietações e as dificuldades de respostas, novos encontros foram agendados. Além disso, havia dúvidas quanto à efetivação de uma parceria entre os municípios para firmar uma política pública única de formação para a Regional, visto a necessidade de envolvimento dos secretários municipais no projeto.

Em reunião realizada em 10 de outubro de 2014, com a presença dos secretários municipais de educação, superintendente de educação e supervisora pedagógica estaduais, gestores de educação especial e representantes do grupo da Ufes, foi apresentado o diagnóstico da Regional, contendo o quantitativo de alunos público-alvo da educação especial, especificando o município e o tipo de atendimento. Após a apresentação, os secretários dialogaram sobre os dados apresentados e sobre a possibilidade de se estabelecer uma Política Pública de Formação Continuada na Regional.

*[...] o que temos que pensar é: uma política de governo [...] que envolva algo mais constante. Mesmo as pessoas não estando aqui, que ela continue, que prossiga. Este é um aspecto que temos que pensar, até em termos de registro de uma política, um projeto, seja a sistematização de uma política, mas que já tenha começado e terá continuidade (PESQUISADORA DA UFES).*

Acreditando ser de extrema importância a participação de cada um na construção de diálogos para a elaboração do projeto, os secretários presentes firmaram um compro-

misso com o projeto político. Esse momento revela a consolidação da necessidade de que a documentação – Proposta da Política Pública para Formação Continuada precisa ser oficial, o que está para além das pessoas e cargos políticos, o que torna extremamente importante “a participação dos secretários na construção deste diálogo e deste projeto, pois os gestores de educação especial não teriam condições de assumir as fragilidades sem o aval dos secretários e estas foram apresentadas por ambas as partes” (GESTORA DA SRE).

Em Novembro de 2014, aconteceu o *Seminário de Gestão em Educação Especial e Formação Continuada em uma Perspectiva Inclusiva*, com o objetivo de dialogar sobre os Projetos desenvolvidos pelas três Regionais. Na ocasião a gestora da SRE de Afonso Cláudio, esclarece que o objetivo da proposta foi dialogar e aprofundar com gestores, pesquisadores, estudantes, superintendentes regionais e secretários municipais de Educação sobre a organização e participação de todos na construção do Projeto.

Nesse sentido, consideramos a importância do presente artigo na compreensão e análise do Processo vivenciado pela SRE de Afonso Cláudio, tanto no que se refere a perspectiva do diálogo coletivo, das indagações reflexivas, e corresponsabilização de todos os envolvidos como na proposta e elaboração de um projeto comum à Regional e os municípios.

## CONSIDERAÇÕES

É um grande desafio discutir a educação como um todo – a educação geral. Quando se refere à educação especial, fica ainda mais complexo, pois ela não está apartada da educação geral. Focamos assim, os gestores da educação especial, a forma como organiza o seu trabalho, a sua formação e dos demais profissionais e o Projeto elaborado, o que não deixa de ser desafiante. Entretanto, o fato de ser um desafio não o torna impossível, essa possibilidade se configurou na materialização do Projeto Político de Formação Continuada.

Durante o processo de constituição do Projeto Político de Formação Continuada o grupo evidencia a necessidade do envolvimento dos sete municípios, sendo todos convidados para participar do processo da elaboração do mesmo, vez que nem todos os municípios pertencentes à Regional estiveram presentes.

Nesse movimento, os gestores da SRE Afonso Cláudio além de refletir sobre seu papel de gestor e suas ações, ao propor formação para os profissionais desencadeiam sua própria formação, ou seja, à medida que se formam no grupo de pesquisa da Ufes, eles formam os outros ou, ao formar os outros ele também se formam.

Enfatizamos, então, a importância da continuidade das ações e efetivação do Projeto Político elaborado para que seja garantido o caráter de política que não se esvai com

a mudança de governos e administrações, mas que se permite ser avaliado e se caracteriza como uma política de ação pública, de cuja construção participam diversos atores que definem e interpretam as atividades no espaço público da educação.

## Conflicts of interest

As pesquisadoras afirmam que não há conflitos de interesse.

---

### Address for correspondence

Maria Jose Carvalho Bento,  
Email: zeze\_bento@hotmail.com

Eldimar de Souza Caetano,  
Email: eldimarcaetanu@yahoo.com.br

Nazareth Vidal da Silva,  
Email: newpedagoga@gmail.com

---

## REFERÊNCIAS

- Afonso, N. & Costa, E. (2009) Os instrumentos de regulação baseados no conhecimento: o caso do Programme for International Student Assessment (Pisa). *Revista Educação e Sociedade, Campinas*, 30 (109), pp. 1037–55. <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 set. 2012.
- Almeida, M. L. (2004) Formação continuada como processo crítico-reflexivo-colaborativo: possibilidades de construção de uma prática inclusiva. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Barbier, R. (2004) *A pesquisa-ação. Tradução de Lucie Didio*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Barroso, J., Carvalho, L. M., Fontoura, M., Afonso, N. (2007) As Políticas Educativas como objecto de estudo e de formação em Administração Educacional. *Sísifo - Revista de Ciências da Educação*, (04), pp. 5–20. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul>>. Acesso em: 15 set. 2012.
- Barroso, J., Carvalho, L. M. (2011) Apontamentos sobre os “novos modos de regulação” à luz de estudos sobre as relações entre conhecimento e política. *Propuesta Educativa*, 36 (2), pp. 9–24, Acesso em: nov. 2011.
- Benedito, V. (1988) Prólogo. In W. Carr & S. Kemmis (eds), *Teoría crítica de la Enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado*, pp. 11–5. Tradução de J.A Bavo. Barcelona: Martínez Roca.
- Caetano, E. S. (2013) Formação contínua e percursos de desenvolvimento profissional: representações de professores do ensino fundamental no estado do espírito santo (brasil). 341p. Tese (Doutoramento em Educação). Lisboa: Universidade de Lisboa.

- Carr, W. & Kemmis, S. (1988) Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado. Tradução de J. A. Bravo. Barcelona: Martínez Roca.
- Carvalho, L. M. (2007) Acerca do papel do conhecimento nas políticas públicas de educação: inquirindo instâncias e actores de mediação. *Revista Contemporânea de Educação*, 2 (4), Disponível em: <[http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n4/numero4-acerca\\_do\\_papel.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n4/numero4-acerca_do_papel.pdf)>. Acesso em: 20 out.2012.
- Costa, E. M. I. E. F. (2011) O “Programme for International Student Assessment” (Pisa) como instrumento de regulação das políticas educativas. Tese (Doutoramento em Educação). Lisboa: Instituto de Educação – UL.
- Ghedin, E. (2004) Implicações das reformas no ensino para a formação de professores. In R. L. L. Barbosa (Org.), *Trajetórias e perspectivas da formação de educadores*, pp. 397–417. São Paulo: Editora Unesp.
- Habermas, J. (2004a) *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola.
- Malgaive, G. (1995) *Ensinar adultos*. Porto: Porto editora.
- Marcelo Garcia, C. (1999) *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Tradução de Isabel Narciso. Porto: Porto Editora.
- Matos, M. S. (1999) *Teorias e práticas da formação: contributos para a reabilitação do trabalho pedagógico*. Porto: Editora Asa.
- Rodrigues, M. A. P. (2006) *Análises das práticas e de necessidade de formação*. Lisboa: Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.